

# Mensagem de Sarney faz alusão a mandato de 6 anos

Telefoto de Sérgio Marques



O Ministro Chefe do Gabinete Civil, Costa Couto, entrega a mensagem presidencial ao Senador Humberto Lucena

BRASÍLIA — Em sua mensagem pela reabertura do Congresso Nacional, lida na solenidade pelo Primeiro Secretário do Senado, Senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), o Presidente José Sarney lembrou ontem, de forma indireta e em apenas uma frase, que tem um mandato de seis anos:

“Mais que um mandato a cumprir, determinado pela Constituição vigente, tinha o Presidente eleito (em 1985) a clara consciência de que fora escolhido para guiar, pela busca permanente de consenso, a sociedade brasileira, na sua difícil travessia institucional”.

A mensagem, levada ao Congresso pelo Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, também ressalta a necessidade de pacificação entre Executivo e Legislativo. Mesmo assim, o Presidente explica que, de início, procurou governar com os partidos que o apoiavam, resolvendo, no entanto, assumir sozinho a responsabilidade pelo Governo, pela preocupação com o julgamento que a História fará dele:

“De responsável máximo pelas decisões de Governo, tornei-me responsável único, porque não busco, nem me cabe, subtrair-me do julgamento da História e de meus concidadãos.”

A mensagem de paz para a Constituinte fica evidente em trechos, como o seguinte:

“Contemplado do alto destes três anos de transição institucional, é grande e belo o espetáculo de um Legislativo que renasce, depois de longa crise, retemperado pelo advento da Assembléia Nacional Constituinte”.

te. O compromisso de respeito ao conflito é uma petição de boa vontade, e não, como muitos pensam, uma forma de acirrar ânimos. O respeito à divergência visa ao entendimento, à solução que ultrapassa a visão unilateral dos problemas, e não ao impasse pelo aprofundamento permanente dos conflitos”.

O Presidente também faz um balanço das realizações do seu Governo, tanto os avanços políticos como as novidades administrativas, como o Orçamento Unificado e o Programa de Ação Governamental:

“Orientamos a ação executiva para a solução prioritária dos graves

problemas sociais que afligem a Nação, na luta para eliminar a miséria, a fome e as desigualdades de renda. Esta prioridade está patente em todas as ações do Governo, na alocação de recursos para os programas sociais e no planejamento econômico.”

Embora admita a perda do poder aquisitivo dos salários, em relação à época do Plano Cruzado, Sarney diz que eles superaram, em termos reais, os níveis de 1985:

“Concedemos reajustes substanciais à menor remuneração do País, com ganhos reais a partir de agosto do ano passado”.

No balanço da economia do País, afirma que em 1987, “apesar de todas as dificuldades do ajustamento econômico, não houve política recessiva”: a produção industrial cresceu um por cento, a safra agrícola 14 por cento e, no conjunto, a economia cresceu três por cento.

O Presidente aponta como expressiva a recuperação do setor externo, mas admitiu como maior dificuldade a dívida externa:

“O Brasil tem mantido a disposição de negociar e tem dado demonstrações concretas neste sentido, sempre com firmeza e consciente defesa de seus interesses.”

## Jânio vê Presidente com disposição para ‘dar murro na mesa’

BRASÍLIA — Recebidos ontem no Palácio da Alvorada pelo Presidente José Sarney, o Prefeito de São Paulo, Jânio Quadros (PTB), e o Governador do Paraná, Alvaro Dias (PMDB), fizeram relatos diferentes sobre o estado de espírito de Sarney. Jânio garantiu que o Presidente está disposto “a dar murros na mesa” para fazer valer suas prerrogativas constitucionais, enquanto Dias disse que Sarney acha que o momento é de aliança, não de luta.

As versões espelham, segundo assessores do Planalto, as duas correntes políticas que existem dentro do Governo. De um lado, o Ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana, defende um relacionamento mais cordial com a Constituinte, a fim de aumentar o grau de entendimento entre os Poderes. De outro, o Ministro das Comunicações, Antônio Car-

los Magalhães, acha que o Presidente tem de ser mais agressivo.

O Prefeito de São Paulo criticou a Constituinte por insistir na redução do mandato de Sarney.

— Penso que esse Legislativo só existe porque o Presidente existe. Foi ele quem, graciosamente, convocou a Assembléia Nacional Constituinte e deve receber desta Casa o respeito que seu mandato legítimo merece — disse Jânio.

O Prefeito negou que o almoço tenha servido para selar um acordo visando ao lançamento de sua candidatura à Presidência para enfrentar o ex-Governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola. Jânio garante que não é candidato:

— Não sou candidato a mais nada, nem a torcedor do Corinthians, se não me der alegrias este ano.

## Lucena quer trégua entre Poderes

BRASÍLIA — Ao apelar pela pacificação e pelo desarmamento de espíritos, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, disse ontem na reabertura dos trabalhos legislativos que o Governo não deveria interferir na Constituinte e esta, por sua vez, não deveria atacar o Governo.

Para Lucena, debates sobre a conjuntura e as críticas ao Governo, deveriam ser reservados para as duas Casas do Congresso Nacional — a Câmara e o Senado:

— A Constituinte, sobretudo nesta fase decisiva e final, deveria dedicar-se, exclusivamente, à apreciação de matéria constitucional — disse Lucena.

Ele propôs também um grande pacto entre o Presidente José Sarney e os partidos políticos para a solução da crise econômica e social do País. O pacto partiria da economia e teria por objetivo chegar a um grande acordo sobre preços e salários.

— O Presidente Sarney, pelo que sentimos, está aberto a este entendimento, afinal ninguém pode negar o seu obstinado propósito de enfrentar os desafios de nossa desordem econômico-financeira, que é o resultado, sobretudo, de um longo período autoritário. Sarney tentou, com coragem e altivez, a receita heróica do Plano Cruzado e, depois, a do Plano Bresser. A inflação voltou, porém, a recrudescer — afirmou.

## Ulysses insiste no fim do confronto

BRASÍLIA — No encontro que manteve ontem com o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o Deputado Ulysses Guimarães reiterou a necessidade de que sejam evitados confrontos entre a Constituinte e o Executivo. Ele prometeu decidir ainda hoje sobre o pedido do Presidente José Sarney e do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, para a concessão de tempo na tribuna às lideranças do Governo — prerrogativa já concedida aos líderes partidários.

Ulysses e Costa Couto conversaram sobre o andamento dos trabalhos da Constituinte e a emenda do Deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) que estabelece a figura do Pri-

meiro-Ministro no sistema presidencialista.

— Essa emenda atende aos objetivos de fortalecer o Congresso sem inviabilizar a operacionalidade do Executivo — afirmou Costa Couto.

Ulysses disse ao Ministro que sua conversa com o Presidente Sarney, domingo, foi positiva, pois concordaram com relação à conveniência de uma articulação mais firme entre Executivo e Congresso, a fim de evitar confrontos. No entender de Costa Couto, o Presidente não criticou os parlamentares no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, apenas deu sua contribuição à Constituinte, o que voltará a fazer sempre que achar necessário.